

Quero al of. N° 5-2-A/194
16

ACORDO QUE INSTITUI O CENTRO LATINO-AMERICANO DE FÍSICA

As partes contratantes,

tendo em vista a Resolução 2.121 da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura de 14 de dezembro de 1960; bem como a Resolução 72 do Conselho Executivo desta Organização datada de 7 de junho de 1961;

convencidas de que o desenvolvimento da investigação científica no domínio da física constitui uma base indispensável para o progresso econômico e social;

considerando:

a necessidade e a urgência de elevar o nível científico e de aumentar o número de professores e pesquisadores nos diversos campos da física;

que deve ser feito um grande esforço de cooperação na escala regional para dito fim;

que, em tais condições, se torna, eminentemente, oportuno que se estabeleça um Centro Latino-Americano de Física, que se encarregará de promover e estimular os trabalhos de investigação e da formação de pesquisadores e professores universitários de física na América Latina,

acordam quanto ao seguinte:

ARTIGO I

CREAÇÃO

Fica criado o Centro Latino-Americano de Física que, a seguir, será denominado "Centro", com sede no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Físicas.

ARTIGO II

FUNÇÕES

1. O Centro tem como principal função a de realizar pesquisas científicas e organizar o ensino especializado no domínio das ciências físicas dedicando seu máximo interesse à formação e treinamento de pesquisadores e professores universitários na América Latina, bem como a juntar esforços para a realização de programas de maior envergadura, no campo da física. É, também, função do Centro ajudar à criação de grupos de pesquisas físicas, particularmente nos países em que estes grupos não existam ainda. O Centro desenvolverá programas especiais nos diversos ramos da física que se fizerem necessários e, em particular, sobre problemas de interesse nacional para um ou mais Estados membros, incluindo os assessoramentos técnicos que sejam solicitados.

2. Para a realização destes objetivos, o Centro disporá, segundo acordos que concluir, de:

- a) Instalações, laboratórios e pessoal científico e técnico das instituições científicas dos Estados membros que participem nos trabalhos do Centro. Os acordos citados terão por objetivo facilitar a colaboração entre todas as instituições de pesquisas físicas e oferecer a todos os pesquisadores a possibilidade de trabalhar no laboratório ou na instituição latino-americana mais indicada para sua especialidade.
- b) Pesquisadores e professores das universidades da América Latina.
- c) Instalações, laboratórios e pessoal adicional

adicional previstos nos programas de trabalho. Ditas instalações e laboratórios poderão estar em sua sede ou em outro local selecionado pelos órgãos dirigentes do Centro.

- a) Instalações, laboratórios e pessoal científico, técnico e administrativo que lhe serão facilitados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

ARTIGO III

COMPOSIÇÃO

1. São membros do Centro os Estados da América Latina que venham a tomar parte no presente acordo.

2. Para os efeitos do presente acordo são considerados Estados da América Latina os seguintes: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

ARTIGO IV

ÓRGÃOS

O Centro compreende:

- a) Uma Assembléia Geral.
- b) Um Conselho Diretor.
- c) O pessoal científico, técnico e administrativo à frente do qual figura o Diretor.

ARTIGO V

ASSEMBLÉIA GERAL

1. A Assembléia Geral é constituída por um representante, de preferência qualificado em ciências físicas, de cada um dos Estados membros do Centro e, além disto, por um represen

representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, este último sem direito a voto. Cada representante pode ter um suplente.

2. Cada Estado membro do Centro tem direito a um voto na Assembléia Geral.

3. A Assembléia Geral é o órgão supremo do Centro. A ela cabe determinar, em cada uma das reuniões ordinárias, as linhas gerais do programa e as bases orçamentárias do Centro, assim como examinar o relatório bienal das atividades realizadas que lhe será apresentado pelo Diretor do Centro acompanhado dos comentários do Conselho Diretor.

4. A Assembléia Geral elege o Conselho Diretor.

5. A Assembléia Geral é convocada em sessão ordinária pelo presidente do Conselho Diretor. A Assembléia Geral elege em cada reunião ordinária seu presidente e dois vice-presidentes. Ao abrir-se cada reunião ordinária da Assembléia Geral e até que a Assembléia tenha eleito o presidente da reunião, ou pará a presidência o representante do Estado a que pertencia a pessoa eleita presidente na reunião anterior.

6. A Assembléia Geral determina o seu regimento interno. Suas decisões são tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

7. A Assembléia Geral se reúne em sessão ordinária cada dois anos e em sessão extraordinária quando for convocada pelo Conselho Diretor ou por solicitação da maioria dos Estados membros.

ARTIGO VI

CONSELHO DIRETOR

1. O Conselho Diretor é constituído de cinco membros, qualificados em ciências físicas, eleitos pela Assembléia

Assembléia Geral, não necessariamente dentre os representantes que a integram, por um representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e por outro do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, estes dois últimos sem direito a voto.

2. Entre os cinco membros eleitos pela Assembléia Geral não pode haver mais de um membro da mesma nacionalidade.

3. A Assembléia Geral elege, também, cinco membros suplentes do Conselho Diretor. Estes membros suplentes são convocados pelo Presidente do Conselho Diretor, segundo a ordem em que foram eleitos, para substituir um membro titular, em caso de ausência ou incapacidade deste último. Quando o primeiro suplente for da mesma nacionalidade que um dos membros que compõem o Conselho Diretor, o presidente convocará o segundo suplente e assim sucessivamente.

4. O mandato dos membros titulares e suplentes do Conselho Diretor tem início a partir do encerramento da reunião em que tenham sido eleitos e terminará no fim da segunda reunião ordinária subsequente. Em cada reunião ordinária da Assembléia Geral se dará, sucessivamente, a expiração dos mandatos de dois e de três membros titulares do Conselho Diretor. A Assembléia Geral preencherá, igualmente, em cada sessão ordinária, as vagas que existam de membros suplentes.

5. Os membros titulares e suplentes do Conselho Diretor podem ser, imediatamente reeleitos para um segundo mandato, porém não poderão continuar no desempenho de suas funções por mais de dois períodos consecutivos.

6. O Conselho Diretor atuando sob a autoridade da Assembléia Geral, tem as seguintes atribuições:

- a) Examinar e aprovar os relatórios e os programas anuais estabelecidos pelo Diretor do Centro, as

assim como as eventuais modificações deste programa propostas pelo Diretor, emitir opinião sôbre o relatório bienal das atividades levadas a cabo, relatório que será apresentado à Assembléia Geral.

- b) Propôr à Assembléia Geral as linhas gerais do programa e as bases orçamentárias do Centro.
- c) Fiscalizar as atividades e a situação financeira do Centro e fixar o orçamento anual.
- d) Decidir sôbre os acôrdos referentes à colaboração científica que deverão ser assinados pelo Centro.
- e) Eleger o Diretor do Centro.

7. O Conselho Diretor elege dentre seus membros, em cada sessão ordinária, seu presidente e um vice-presidente, que continuarão exercendo suas funções até à eleição seguinte. São reelegíveis.

8. O Conselho Diretor determina seu regimento interno. Suas decisões são tomadas por maioria dos membros presentes e votantes. Cada membro designado pela Assembléia Geral dispõe de um voto.

9. O Conselho Diretor se reúne em sessão ordinária uma vez por ano e em sessão extraordinária quando fôr convocado por seu presidente ou por solicitação de três de seus membros.

ARTIGO VII

DIRETOR E PESSOAL

1. O Diretor do Centro é eleito pelo Conselho Diretor que fixa as condições do contrato.
2. As atribuições do Diretor do Centro são:
 - a) Dirigir os trabalhos do Centro de acôrdo com os

10

os programas e diretrizes aprovados pela Assembléia Geral e segundo as normas traçadas pelo Conselho Diretor.

- b) Representar o Centro na Justiça e em todos os atos da vida civil.
- c) Firmar acordos relativos à colaboração científica "ad referendum" do Conselho Diretor.
- d) Preparar o orçamento, os relatórios e os programas anuais para aprovação do Conselho Diretor.
- e) Nomear o pessoal do Centro.

3. O Conselho Diretor e o Diretor elaboram um Regulamento administrativo que fixa as modalidades de funcionamento do Centro.

ARTIGO VIII

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

1. Os recursos financeiros de que dispõe o Centro são constituídos por:

- a) Contribuições anuais dos Estados membros.
- b) Doações, legados e subvenções que possa receber conforme o parágrafo 3 do presente Artigo.
- c) Remunerações que receba por prestação de serviços.

2. As contribuições indicadas no item a) do parágrafo 1 do presente Artigo são fixadas por cada um dos Estados membros de acordo com suas possibilidades.

3. O Diretor do Centro pode, com a aprovação do Conselho Diretor, aceitar doações, legados e subvenções oferecidas ao Centro com a condição de que tais benefícios não impliquem em nenhuma obrigação contrária às finalidades do Centro.

4. A Assembléia Geral decide sobre a duração do

do exercício financeiro do Centro.

ARTIGO IX

RELAÇÕES COM A UNES CO

O Centro assinará com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, um acordo para regulamentar as modalidades de uma estreita e efetiva colaboração entre as duas instituições, principalmente, no que se refere à ajuda para pesquisas, intercâmbio de pessoal científico e de informações e concessão de facilidades recíprocas.

ARTIGO X

CAPACIDADE JURÍDICA E IMUNIDADES DO CENTRO

1. O Centro goza, dentro do território de cada um de seus Estados membros, da capacidade jurídica necessária para exercer suas funções e para alcançar seus fins.

2. O Centro concluirá um acordo com o Governo Brasileiro a fim de que este lhe proporcione os direitos e privilégios de um organismo internacional intergovernamental.

ARTIGO XI

RETIRADA DOS ESTADOS MEMBROS

1. Em qualquer momento, cada Estado membro poderá apresentar notificação de sua retirada do Centro, depois do transcurso do prazo de quatro anos, contados da data em que o Estado em questão tenha começado a fazer parte do presente acordo. Tal notificação será considerada efetiva um ano depois do dia em que ela foi comunicada ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

2. O Diretor Geral da Organização das Nações Uni-

Unidas para a Educação, Ciência e Cultura comunicará a referida notificação a todos os Estados membros e ao Diretor do Centro.

ARTIGO XII

EMENDAS

O presente acordo pode ser modificado pela Assembléia Geral por proposta de um Estado membro. Os projetos de emenda devem ser comunicados aos Estados membros, ao menos seis meses antes de serem submetidos ao exame da Assembléia Geral. As propostas de emendas serão aprovadas somente se obtiverem um número de votos igual a, pelo menos, dois terços do número dos Estados membros.

ARTIGO XIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

1. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, convocará a primeira reunião da Assembléia Geral do Centro, dentro do menor prazo possível, depois de entrar em vigor o presente acordo.

2. Na primeira reunião da Assembléia Geral se procederá, de acordo com as condições previstas no Artigo VI, à eleição dos cinco membros titulares e dos cinco membros suplentes do Conselho Diretor do Centro. Logo após, a Assembléia Geral designará, por sorteio, dois membros titulares cujos mandatos expirarão no encerramento da segunda reunião ordinária. À seguir, a Assembléia Geral procederá em cada reunião ordinária às eleições para preencher os postos que ficarem vagos no encerramento da sessão.

ARTIGO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente acordo ficará em aberto à assinatura

assinatura e aceitação por todos os Estados mencionados no Artigo III.

2. Estes Estados podem vir a fazer parte de presente acordo por:

- a) Assinatura sem reserva de uma aceitação ulterior.
- b) Assinatura com reserva de aceitação, seguida desta.
- c) Aceitação pura e simples.

3. A aceitação se tornará efetiva pela deposição em mãos do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de um instrumento de aceitação.

4. O presente acordo entrará em vigor quando o Brasil e mais cinco dos Estados enumerados no parágrafo 2 do artigo III se tornarem parte dele, conforme o que vem preceituado no parágrafo 2 do presente artigo.

5. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, informará aos Estados que façam parte do presente acordo, à Organização das Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos a data em que o acordo entrar em vigor, assim como a data em que outros Estados vierem a fazer parte deste acordo.

6. De conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, o presente acordo será registrado no Secretariado das Nações Unidas por petição do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

EM FÉ DE QUE, os representantes que subscrevem, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, firmam o presente acordo.

Feito no Rio de Janeiro no .26... dia de MARÇO...

16

de 1962, em um único exemplar em línguas espanhola, francêsa e portuguêsa sendo os três textos, igualmente, autênticos. O exemplar original será depositado nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e serão enviadas cópias, devidamente autenticadas, a todos os Estados mencionados no Artigo III, assim como à Organização das Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos.

POR BOLÍVIA: Ad-referendum
German Quiroga Galdo

PELO BRASIL: Sujeito à aceitação
Renato Archer

POR COLOMBIA: ad referendum
Dario Botero Isaza

POR CUBA: Joaquim Hernández Armas

POR CHILE: Sujeto a la correspondiente ratificación Constitucional
Raúl Bazán Dávila

POR ECUADOR: Sujeto a la ratificación Constitucional
Jose Maria Ponce Yepes

POUR 1^{re} HAÏTÍ: Ad-referendum
Edner Brutus

POR HONDURAS: Ad-referendum
José R. Castro

POR MÉXICO: Alfonso Garcia Robles,
Sujeto a la aprobación del Senado de los Estados Unidos
Mexicanos

POR NICARAGUA: Sujeto a la aprobación del Congreso Nacional de
Nicaragua
Justino Sansón Balladares
Rio de Janeiro 26 marzo 1962

POR PANAMA: Firmo este Convenio condicionandolo a la aprobación del
Poder Legislativo de Panama
Gustavo A. Mendez
Rio de Janeiro, 26 de marzo de 1962

POR PERU: Carlos Echeopar-Herçe
Sujeto a aprobación



POR PARAGUAY: ad-referendum
Salvador M. Ferrer Serra

E COPIA AUTENTICA

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro R. F. em 24 de maio de 1962

Cidade de Rio de Janeiro

POR VENEZUELA: Em reserva de aceptación
José Luis Salcedo Bastardo

13 JUL 1962

ARCE 15-

ACUERDO QUE CONSTITUYE EL CENTRO LATINO-AMERICANO DE FISICA

Las partes contratantes, teniendo en vista la Resolución 2.121 de la Conferencia General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura de 14 de diciembre de 1960; así como la Resolución 72 del Consejo Ejecutivo de esta Organización de fecha 7 de junio de 1961;

convencidas de que el desarrollo de la investigación científica en el dominio de la física constituye una base indispensable para el progreso económico y social;

63 /

considerando:

la necesidad y la urgencia de elevar el nivel científico y de aumentar el número de profesores e investigadores en los diversos campos de la física;

que debe efectuarse un gran esfuerzo de cooperación en la escala regional para dicho fin;

que, en tales condiciones, se convierte, eminentemente, oportuno que se establezca un Centro Latino-Americano de Física, que se encargará de promover y estimular los trabajos de investigación y de formación de investigadores y profesores universitarios de física en la América Latina,

acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

CREACION

Queda creado el Centro Latino-Americano de Física que, en adelante, será denominado "Centro", con sede en el Centro Brasileiro de Investigaciones Físicas.

ARTICULO II

1. El Centro tiene como principal función la de realizar investigaciones científicas y organizar la enseñanza especializada en el campo de las ciencias físicas dedicando su máximo interés a la formación y preparación de investigadores y profesores universitarios en la América Latina, así como aunar esfuerzos para la realización de programas de mayor envergadura, en el campo de la física. Y, también, es función del Centro ayudar a la creación de grupos de investigaciones físicas, especialmente en los países en que estos grupos no existan todavía. El Centro desarrollará programas especiales en las diversas ramas

//..

de la física que se hagan necesarios y, en particular, sobre problemas de interés nacional para uno o mas Estados miembros, incluyendo los asesoramientos técnicos que sean solicitados.

2. Para la realización de estos objetivos, el Centro dispondrá, conforme acuerdos que se concerten, de:

- a) Instalaciones, laboratorios y personal científico y técnico de las instituciones científicas de los Estados miembros que participen en los trabajos del Centro. Los acuerdos citados tendrán por finalidad facilitar la colaboración entre todas las instituciones de investigaciones físicas y ofrecer a todos los investigadores la posibilidad de trabajar en el laboratorio o en la institución latino-americana mas indicada para su especialidad.
- b) Investigadores y profesores de las universidades de la América Latina.
- c) Instalaciones, laboratorios y personal adicional previstos en los programas de trabajo. Dichas instalaciones y laboratorios podrán estar en su sede o en otro local seleccionado por los organos directivos del Centro.
- d) Instalaciones, laboratorios y personal científico, técnico y administrativo que le serán facilitados por el Centro Brasileiro de Investigación Física.

ARTICULO III

COMPOSICION

1. Son miembros del Centro los Estados de la América Latina que tomen parte en el presente acuerdo.

2. Para los efectos del presente acuerdo son considerados Estados de América Latina los siguientes: Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, El Salvador, Ecuador, Guatemala, Haití, Honduras, Méjico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

ARTICULO IV

ORGANOS

El Centro comprende:

- a) Una Asamblea General.

//..

//..

- b) Un Consejo Director
- c) El personal científico, técnico y administrativo al frente del cual figura el Director.

ARTICULO V

ASAMBLEA GENERAL

1. La Asamblea General está consituida por un representante, de preferencia especializado en ciencias físicas, de cada uno de los Estados miembros del Centro y, además de eso, por un representante de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura, éste último sin derecho a voto. Cada representante podrá tener un suplente.

2. Cada Estado miembro del Centro tiene derecho a un voto en la Asamblea General.

3. La Asamblea General es el organo supremo del Centro A ella le corresponde determinar, en cada una de las reuniones ordinarias, las líneas generales del programa y las bases presupuestales del Centro, asi como examinar el informe bienal de las actividades realizadas que le será presentado por el Director del Centro acompañado de las apreciaciones del Consejo Director.

4. La Asamblea General elige al Consejo Director.

5. La Asamblea General es convocada en sesión ordinaria por el presidente del Consejo Director. La Asamblea General elige en cada reunión ordinaria su presidente y dos vice-presidentes. Al iniciarse cada reunión ordinaria de la Asamblea General y hasta que la Asamblea haya elegido al presidente de la reunión, ocupará la presidencia, el representante del Estado a que pertenecía la persona elegida presidente en la reunión anterior.

6. La Asamblea General determina su reglamento interno. Sus decisiones son tomadas por mayoría de los miembros presentes y votantes.

7. La Asamblea General se reúne en sesión ordinaria cada dos años y en sesión extraordinaria cuando fuera convocada por el Consejo Director o por pedido de la mayoría de los Estados miembros.

//..

//..

ARTICULO VI

CONSEJO DIRECTOR

1. El Consejo Director está constituido de cinco miembros especializados en ciencias físicas, elegidos por la Asamblea General, no necesariamente de los representantes que la integran, por un representante de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura y por otro del Centro Brasileiro de Investigaciones Físicas, estos dos últimos sin derecho a voto.

2. Entre los cinco miembros elegidos por la Asamblea General no podrá haber mas de un miembro de la misma nacionalidad.

3. La Asamblea General elige, también, cinco miembros suplentes del Consejo Director. Estos miembros suplentes son convocados por el Presidente del Consejo Director, según el orden en que fueron elegidos, para substituir a un miembro titular, en caso de ausencia o incapacidad de este último. Cuando el primer suplente fuera de la misma nacionalidad que uno de los miembros que componen el Consejo Director, el presidente convocará al segundo suplente y así sucesivamente.

4. El mandato de los miembros titulares y suplentes del Consejo Director se inicia a partir de la clausura de la reunión en que han sido elegidos y terminará al final de la segunda reunión ordinaria subsiguiente. En cada reunión ordinaria de la Asamblea General se dará, sucesivamente, la expiración de los mandatos de dos o de tres miembros titulares del Consejo Director. La Asamblea General cubrirá, igualmente, en cada sesión ordinaria, las vacantes que existan de miembros suplentes.

5. Los miembros titulares y suplentes del Consejo Director pueden ser, inmediatamente reelegidos para un segundo mandato, pero no podrán continuar en el desempeño de sus funciones por mas de dos períodos consecutivos.

6. El Consejo Director actuando bajo la autoridad de la Asamblea General, tiene las siguientes atribuciones:

- a) Examinar y aprobar los informes y los programas anuales establecidos por el Director del Centro, así como las eventuales modificaciones de este programa propuestas por el Director, emitir opinión sobre el informe bienal de las actividades llevadas a cabo, informe que será presentado en la Asamblea General.
- b) Proponer a la Asamblea General las líneas generales del programa y las bases presupuestales del Centro.

//..

//..

- c) Fiscalizar las actividades y la situación financiera del Centro y fijar el presupuesto anual.
- d) Decidir sobre los acuerdos referentes a la colaboración científica que deberán ser firmados por el Centro.
- e) Elegir el Director del Centro.

7. El Consejo Director elige de sus miembros, en cada sesión ordinaria, su presidente y un vice-presidente, que continuarán ejerciendo sus funciones hasta la elección siguiente. Son reelegibles.

8. El Consejo Director determina su reglamento interno. Sus decisiones son tomadas por mayoría de los miembros presentes y votantes. Cada miembro designado por la Asamblea General dispone de un voto.

9. El Consejo Director se reúne en sesión ordinaria una vez por año y en sesión extraordinaria cuando fuera convocado por su presidente o por pedido de tres de sus miembros.

ARTICULO VII

DIRECTOR Y PERSONAL

1. El Director del Centro es elegido por el Consejo Director que fija las condiciones del contrato.
2. Las atribuciones del Director del Centro son:
 - a) Dirigir los trabajos del Centro de acuerdo con los programas y directrices aprobados por la Asamblea General y según las normas trazadas por el Consejo Director.
 - b) Representar al Centro ante la Justicia y en todos los actos de la vida civil.
 - c) Firmar acuerdos relativos a la colaboración científica "ad referendum" del Consejo Director.
 - d) Preparar el presupuesto, los informes y los programas anuales para la aprobación del Consejo Director
 - e) Nombrar al personal del Centro.

//..

//..

3. El Consejo Director y el Director elaboran un Reglamento administrativo que fije las formas de funcionamiento del Centro.

ARTICULO VIII

DISPOSICIONES FINANCIERAS

1. Los recursos financieros de que dispone el Centro estan constituidos por:

- a) Contribuciones anuales de los Estados miembros.
- b) Donaciones, legados y subvenciones que puedan recibir conforme al párrafo 3 del presente Artículo.
- c) Remuneraciones que reciba por prestación de servicios.

2. Las contribuciones indicadas en el acapite a) del párrafo 1 del presente Artículo son fijadas por cada uno de los Estados miembros de acuerdo con sus posibilidades.

3. El Director del Centro puede, con la aprobación del Consejo Director, aceptar donaciones, legados y subvenciones ofrecidas al Centro con la condición de que tales beneficios no impliquen ninguna obligación contraria a las finalidades del Centro.

4. La Asamblea General decide sobre la duración del ejercicio financiero del Centro.

ARTICULO IX

RELACIONES CON LA UNESCO

El Centro firmará con la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura, un acuerdo para reglamentar las modalidades de una estrecha y efectiva colaboración entre las dos instituciones, principalmente, en lo que se refiere a la ayuda para investigaciones, intercambio de personal científico y de informaciones y concesión de facilidades recíprocas.

ARTICULO X

CAPACIDAD JURIDICA E INMUNIDADES DEL CENTRO

1. El Centro goza, dentro del territorio de cada uno de sus Estados miembros, de la capacidad jurídica necesaria para ejercer sus funciones y para alcanzar sus fines.

//..

2. El Centro celebrará un acuerdo con el Gobierno Brasileiro a fin de que este le proporcione los derechos y privilegios de un organismo internacional intergubernamental.

ARTICULO XI

RETIRO DE LOS ESTADOS MIEMBROS

1. En cualquier momento, cada Estado miembro, podrá presentar notificación de su retiro del Centro, después de transcurrido el plazo de cuatro años, contados desde la fecha en que el Estado en cuestión haya comenzado a formar parte del presente acuerdo. Tal notificación se considerará efectiva un año después del día en que la misma fué comunicada al Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura.

2. El Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura comunicará la referida notificación a todos los Estados miembros y al Director del Centro.

ARTICULO XII

ENMIENDAS

El presente acuerdo puede ser modificado por la Asamblea General a propuesta de un Estado miembro. Los proyectos de enmienda deben ser comunicados a los Estados miembros, por lo menos seis meses antes de ser sometidos al exámen de la Asamblea General. Las propuestas de enmiendas serán aprobadas sólomente si obtuvieren un número de votos igual a, por lo menos, los dos tercios del número de los Estados miembros.

ARTICULO XIII

DISPOSICIONES TRANSITORIAS

1. El Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura, convocará la primera reunión de la Asamblea General del Centro, dentro del menor plazo posible, después de entrar en vigor el presente acuerdo.

2. En la primera reunión de la Asamblea General se procederá, de acuerdo con las condiciones previstas en el Artículo VI, a la elección de los cinco miembros titulares y de los cinco miembros suplentes del Consejo Director del Centro. A continuación, la Asamblea General designará, por sorteo,

//..

//..

a dos miembros titulares cuyos mandatos expirarán a la clausura de la segunda reunión ordinaria. Después, la Asamblea General procederá en cada reunión ordinaria a las elecciones para cubrir los puestos que quedaren vacantes a la terminación de la sesión.

ARTICULO XIV

DISPOSICIONES FINALES

1. El presente acuerdo quedará abierto para la firma y aceptación por todos los Estados mencionados en el Artículo III.

2. Estos Estados pueden formar parte del presente acuerdo por:

- a) firma sin reserva de una aceptación ulterior.
- b) firma con reserva de aceptación, seguida de esta.
- c) aceptación pura y simple.

3. La aceptación será efectiva al depositarlo en poder del Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura, el instrumento de aceptación.

4. El presente acuerdo entrará en vigor cuando el Brasil y cinco de los Estados enumerados en el párrafo 2 del artículo III se conviertan en parte de él, conforme a lo expresado en el párrafo 2 del presente artículo.

5. El Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura, informará a los Estados que formen parte del presente acuerdo, a la Organización de las Naciones Unidas y a la Organización de los Estados Americanos, la fecha en que el acuerdo entrará en vigor, así como la fecha en que otros Estados lleguen a formar parte de este acuerdo.

6. De conformidad con el artículo 102 de la Carta de las Naciones Unidas, el presente acuerdo será registrado en la Secretaría de las Naciones Unidas a petición del Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura.

EN FE DE LO CUAL, los representantes que suscriben, debidamente autorizados por los respectivos Gobiernos, firman el presente acuerdo.

//..

//..

Dado en Río de Janeiro en el día de
..... de 1962, en un solo ejemplar en idiomas es-
pañol, francés y portugués siendo los tres textos, igualmen-
te, auténticos. El ejemplar original será depositado en los
archivos de la Organización de las Naciones Unidas para la
Educación, Ciencia y Cultura y serán enviadas copias, debida-
mente legalizadas, a todos los Estados mencionados en el Ar-
tículo III, así como a la Organización de las Naciones Unidas
y a la Organización de los Estados Americanos.
